

legais e regulamentares cuja fiscalização lhes compete;

d) Pedir ou requisitar, para consulta, às entidades obrigadas à inscrição de contribuintes e de beneficiários e à entrega de folhas de remunerações todos os livros, registos e outros documentos necessários à verificação do cumprimento das normas legais e regulamentares correspondentes;

e) Efectuar a fiscalização domiciliária das baixas por doença.

Art. 4.º A actuação dos serviços de fiscalização dos centros regionais de segurança social são aplicáveis, com as devidas adaptações, os artigos 19.º, 20.º, 21.º, 23.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 48/78, de 21 de Março (Regulamento da Inspecção do Trabalho).

Art. 5.º No exercício das suas acções de fiscalização, os centros regionais de segurança social articular-se-ão com a Inspecção do Trabalho.

Art. 6.º Aos funcionários do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com funções de inspecção, são atribuídos os poderes de autoridade e competência previstos nos artigos 1.º, 2.º e 3.º, aplicando-se, igualmente à respectiva actuação, o disposto no artigo 4.º do presente diploma.

Art. 7.º No prazo de 90 dias, o Governo fará publicar os regulamentos necessários à aplicação deste diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 5 de Agosto de 1982. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Promulgado em 1 de Setembro de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES EXTERIORES E COMUNICAÇÕES

Correios e Telecomunicações de Portugal

Portaria n.º 876/82
de 16 de Setembro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado dos Transportes Exteriores e Comunicações, que, ao abrigo das disposições do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 42 417, de 27 de Julho de 1959, seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos, com tarja fosforescente, alusiva à «Campanha contra o alcoolismo na estrada», com as seguintes características:

Autor: Acácio Santos;

Dimensões: 40 mm × 29 mm;

Picotado: 12 × 11 ³/₄;

1.º dia de circulação: 22 de Setembro de 1982;

Taxas, motivos e quantidades:

10\$ — O perigo da condução ingerindo álcool — 3 000 000.

Secretaria de Estado dos Transportes Exteriores e Comunicações, 30 de Agosto de 1982. — O Secretário de Estado dos Transportes Exteriores e Comunicações, *José da Silva Domingos*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Decreto Regulamentar Regional n.º 18/82/M

Integração dos trabalhadores que desempenham funções no Centro de Informática da Empresa de Electricidade da Madeira nos Serviços de Informática da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças.

Considerando que foram criados os Serviços de Informática na Região e integrados, organicamente, na Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80/M, de 10 de Novembro, tendo como principal escopo a implantação de um sistema coordenado de tratamento automático da informação, por forma a responder às necessidades cada vez mais vastas e complexas da organização e gestão da Administração Regional Autónoma;

Considerando que, para a adequada prossecução dessa finalidade, se deve ter em conta a aproveitabilidade racional e não dispersiva dos recursos informáticos já disponíveis na Região Autónoma, por forma a deles extrair uma optimização de resultados e, do mesmo passo, uma desejável economia nos meios utilizados;

Considerando a existência na Empresa de Electricidade da Madeira, E. P., sob a tutela da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, de um centro de tratamento automático da informação dotado dos meios técnicos e humanos indispensáveis, em cujo investimento global o Governo Regional participou com 87 %;

Considerando, com fundamento nos motivos já assinalados, da maior oportunidade e conveniência integrar nos Serviços de Informática do Governo Regional o Centro de Informática da Empresa de Electricidade da Madeira, E. P., com efectiva transferência dos bens patrimoniais e do pessoal afecto ao mesmo Centro, sem perda dos direitos e regalias já auferidos, e com faculdade de opção de ingresso na função pública;

O Governo Regional decreta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Os trabalhadores da Empresa de Electricidade da Madeira, E. P., adiante designada por EEM, E. P., que desempenham funções no Centro de Informática da EEM, E. P., transitam, por força do presente diploma, para os Serviços de Informática, integrados na Secretaria Regional do Planeamento e Finanças nos artigos seguintes.

Art. 2.º Aos trabalhadores mencionados no artigo anterior é conferido o direito de optar, no prazo de